

UM PROJETO CULTURAL DE CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS E ESCOLAS DE ARTE (RIO GRANDE DO NORTE, 1961-1965).

Vicente Vitoriano Marques Carvalho – UFRN

1. Políticas educacionais e movimentos sociais

Em continuidade ao projeto de pesquisa Políticas para a educação e a cultura do Governo Aluizio Alves – 1961/1964, a seguinte comunicação objetiva deter-se na análise das intenções de sistematizar e estabelecer um projeto cultural na gestão de Aluizio Alves quando Governador do Rio Grande do Norte, assim como notificar quais destas intenções vieram à prática. A análise também busca identificar propósitos inovadores desse projeto cultural, verificando suas relações e intercessões com o movimento cultural e educacional existente na época, particularmente na capital, Natal. Neste sentido, inserido no objeto de estudo maior da pesquisa, qual seja as políticas para a educação e a cultura daquele Governo, focaliza-se aqui um especial documento redigido pelo Governador, o Aviso M31, publicado no Diário Oficial em seu número 331, de 11 de julho de 1961, que trata de um projeto cultural em gestação. Esta análise permite, no momento, que se tenha uma visão da circunstância temporal entre julho de 1961 a mês de 1963. Este documento constitui a principal fonte para a redação deste ensaio. Como fontes, também é usada a entrevista concedida por Ramos (2005), além dos documentos já escritos a partir desta pesquisa e da tese anteriormente desenvolvida sobre o artista visual Newton Navarro e seu envolvimento com o ensino de arte no Rio Grande do Norte (CARVALHO, 2003).

A inovação constitui um conceito que historicamente pode ser identificado com o ideário do romantismo, ao qual se agrega a noção positivista de progresso ininterrupto e que se consolida na arte modernista. No século XX, em termos políticos e econômicos, tal conceito passa a ser expresso através do termo “modernização”, muito caro ao discurso como um todo e particularmente à propaganda do social-desenvolvimentismo, modalidade de programa político centrada ao qual o Governador Aluizio Alves é associado. A inovação como modernização foi a síntese conceitual no discurso de Aluizio Alves, compreendido como um líder populista. A atitude populista, em política, seria o correspondente ao regionalismo

literário e visual, um romantismo tardio e “modernista”, uma pesquisa, um resgate de uma exibição de valores imprecisamente brasileiros, não obstante o que já estabelecera Gilberto Freyre. Como o romantismo ancestral, o populismo e o regionalismo não estavam imunes às contradições ao assumir tanto uma face “modernizadora”, quanto outra que se dispunha a olhar para as raízes e para o passado. Pelo menos em política, esta contradição, sintetizada no conservadorismo, houve por identificar-se com a tendência de extrema direita que se desenhava no Brasil. Nos termos de Bourdieu (1992), nos quais este ensaio encontra referencial teórico, este quadro mostrava uma complexa relação entre os campos de poder político e intelectual.

Aluizio Alves representou naquele momento uma ruptura política parcial, uma vez que firmou oposição contra as oligarquias coronelistas do Rio Grande do Norte, mas sua atitude populista implicava o paternalismo em relação às massas populares. Tal ambigüidade lhe valeu, em sua campanha para eleger-se governador do estado, em 1960, o apoio não só dos nacionalistas, representados pelo Governo do prefeito Djalma Maranhão, de Natal, mas dos próprios comunistas, então na ilegalidade. Carismático, Aluizio Alves praticava uma oratória bombástica alimentada por jargões e símbolos visuais, tecnicamente elaborados dentro de uma “estética” publicitária, à época inusual em campanhas políticas. Tais características políticas e intelectuais puderam também atrair o apoio de intelectuais, particularmente após sua eleição, o que, de pronto já parece sintomático em termos de indicar o caráter orgânico de parte da intelectualidade cooptada. Newton Navarro, também tido como um grande orador (cf. CARVALHO, 2003), foi um destes intelectuais que, a par de uma publicada posição de intelectual tradicional, na acepção de Gramsci (1979), afigurava-se orgânico tanto em suas relações com Aluizio Alves, quanto com Djalma Maranhão, prefeito de Natal, tendo assumido cargos na área cultural em ambos os Governos. Saliente-se aqui que Navarro foi chamado por Ramos (2005) para participar da equipe que deveria finalizar o projeto cultural que, em esboço, foi comentado pelo Governador no Aviso M31 a ser aqui analisado.

No Rio Grande do Norte, particularmente em Natal, para a formação de um intelectual, e também de um político, muito importavam as relações com o Atheneu Norte-rio-grandense, tradicional escola que, em 2006, completa 172 anos. No início dos anos sessenta do século passado isto era um fato, considerando que não havia uma Universidade consolidada no estado e os doutores da terra eram formados em Recife ou no Rio de Janeiro. Tanto Aluizio Alves,

quanto Navarro foram alunos do Atheneu. Para este último, não ter chegado ao ensino superior não constituía redução de sua aceitação e importância, tendo-se em vista, ainda, que ele chegou a ser professor de literatura e desenho daquela escola.

Ainda tomando Navarro como exemplo, acrescenta-se que, na estrutura dos campos político e cultural, no Governo de Aluísio Alves, as relações familiares possuíam relevante significado. É que Grimaldi Ribeiro, primeiro secretário de educação e cultura daquele Governo, era primo de Navarro. Este fato evidencia a permanência de atitudes nepotistas próprias do modelo de organização política oligárquica que Aluísio Alves alardeava superar.

Mas, no início de seu Governo, era prioritário para Aluísio Alves firmar uma imagem de político progressista, capaz de inspirar nas massas a percepção de que uma força modernizadora se encontrava ativa. Eram imperiosas, então, ações imediatas para que isso fosse demonstrado. Neste sentido é que uma série de modificações, a princípio superficiais, começaram a ser feitas na área educacional e a elaboração de um plano para a cultura foi solicitada à Secretaria pertinente. Tal plano deveria funcionar como elemento catalisador do apoio do campo intelectual ao Governo, como fica claro quando, no Aviso M31, o Governador afirma que o mesmo teria, como uma de suas funções, operar “um ajuste entre escritores e Governo” ao tempo em que mobilizar “todas as nossas forças de espírito e povo, no sentido de melhorar o nível intelectual da terra e dar a escritores, jornalistas, poetas, artistas a presença estimuladora do povo” (ALVES, 1961). Sintomática e primeiramente, muito das idéias contidas no Aviso dirige-se à área editorial, como será visto a seguir. O apelo popular, presente na citação acima, também se apresenta recorrente no Aviso, o que atesta, no seu autor, uma intenção de não parecer interessado numa proposta elitista, mas ao contrário, preocupado em dirigir-se à coletividade, à “gentinha”, como em campanha eram chamados os seus eleitores.

De acordo com Ramos (2005), o Aviso M31 é o documento que remanesceu do plano cultural do Governo de Aluísio Alves. Dirigido ao Secretário da Educação Grimaldi Ribeiro, o Aviso serviu de base para o que se fez em seguida na área da cultura, uma vez que um “Plano Cultural do Governo” ou de “difusão cultural” (ALVES, 1961) não chegou a ser finalizado. Junto à entrevista escrita dada por Ramos (2005), o Aviso constitui a “coleção” (Certeau, 1982, p. 81) de fontes imediatas utilizadas neste ensaio.

A análise do documento agrupou os 14 comentários numerados pelo Governador em três categorias, num procedimento elementar de análise do discurso, conforme sugerido por Bardin (1988): a primeira referente à literatura (comentários 1 a 6, 10, 11 e parte do comentário 14), a segunda referente à história e ao patrimônio histórico do estado (comentários 7,8, 12 e parte do comentário 14) e uma terceira categoria relacionada às artes (visuais, teatro, música e cinema – comentários 9, 13 e parte do comentário 14).

Como dito acima, a intenção original do Governador era a de realizar um “ajuste” com os intelectuais, particularmente os escritores, no momento em que redigiu o Aviso. Nota-se uma evidente euforia por parte do mandatário, mesmo sob a objetividade que as dimensões do documento exigia. A par disto, seu texto transparece confiança nas pessoas envolvidas, o destinatário e os intelectuais citados, no caso, Afonso Laurentino Ramos e o Coronel Umberto Peregrino, que haviam composto o “grupo de trabalho” encarregado de redigir a minuta comentada pelo Governador. Segundo Ramos (2005), então Diretor da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação, haviam sido convidados para este trabalho “Newton Navarro, Wilson Oliveira, Zila Mamede, Sanderson Negreiros, Défilo Gurgel e vários outros intelectuais do Estado”, não tendo ficado clara em sua entrevista a efetiva participação dos mesmos. Para este grupo, a prioridade era a criação de uma biblioteca pública, cujo projeto específico seria elaborado pelo Coronel Umberto Peregrino, intelectual norte-rio-grandense que viria ser diretor da Biblioteca do Exército, nos anos oitenta do século passado. Mas o Governador mostrou maior interesse pela publicação de livros e, bem avançado em seu Aviso (comentário 10), propõe a criação de Bibliotecas Populares, “inclusive volantes, levando ao povo as melhores leituras” (ALVES, 1961). Em fato, bibliotecas chegaram a ser montadas em bairros de Natal, mas a partir de iniciativa da Prefeitura Municipal. E a Biblioteca Pública do Estado, que recebeu o nome de Câmara Cascudo, foi inaugurada somente em 1969, no Governo seguinte, do Monsenhor Walfredo Gurgel, não obstante a criação de uma comissão especial, ainda em dezembro de 1961, presidida por Umberto Peregrino.

A primeira anotação de Aluizio Alves diz respeito à publicação de livros. De início, ele lista várias obras de poesia e outras relacionadas à história local que já estariam programadas para o prelo, série esta para a qual ele teria várias sugestões de ampliação. Como comentado acima, Alves enfatiza a necessária participação do povo no esforço editorial do Governo. Para

isto, ele sugere uma espécie de cooperativa literária já experimentada por ele em 1940, junto a José Augusto, Hélio Galvão, Antônio Soares Filho, Vingt-un Rosado e Rivaldo Pinheiro. Esta experiência resultara na publicação de sete livros de uma coleção chamada Biblioteca de História Norte-rio-grandense. Ramos (2005) informa que, no I Encontro de Escritores Norte-rio-grandenses, ocorrido em Natal, em dezembro daquele ano de 1961, foi feito o lançamento dos livros “Fábula, fábula”, de Sanderson Negreiros, “O aprendiz e a canção”, de Luis Carlos Guimarães; “Os instrumentos do sonho”, de Dorian Gray; “Imagem virtual”, de Celso da Silveira e Myrian Coeli; “Cais da ausência”, de Deífilo Gurgel, incluídos na Coleção Jorge Fernandes, que teve projeto editorial e gráfico de Newton Navarro e foi editada pela Imprensa Oficial do Estado, à época dirigida por João Uruahy do Nascimento. Na mesma ocasião, teriam sido lançadas outras obras, não integrantes da Coleção Jorge Fernandes, como “História do Atheneu Norte-rio-grandense”, de Câmara Cascudo, “Jazz, cinema e educação”, de Alvamar Furtado e um estudo sobre José Lins do Rego, de Odilon Riberiro Coutinho, com projeto gráfico de Aluízio Magalhães. A propósito da obra de Alvamar Furtado, “Jazz, cinema e educação”, é possível cogitar que uma referência ao cinema educativo, no comentário 9, tenha sido inspirada pela mesma. Num ambiente cultural em que o cinema era apenas o que se via nas telas, ou seja, onde não havia produção cinematográfica, a alusão ao cinema educativo por Alves é interpretável como parte do seu afã modernizador e interesse por renovações.

Todo trabalho de editoração e publicação de livros ficaria a cargo da Imprensa Oficial, sob supervisão da Secretaria de Educação, até que o Plano fosse definido, “no prazo de 60 dias” (ALVES, 1961).

As sugestões seguintes referem-se a eventos literários. De imediato, deveria ser organizada uma delegação a fim de participar do II Festival de Escritores Brasileiros, a ser realizada ainda naquele mês de julho, no Rio de Janeiro. A delegação, coordenada por Afonso Laurentino Ramos contou com a participação de Newton Navarro, Berilo Wanderley, Ney Leandro de Castro, Raimundo Nonato da Silva e Wilson Oliveira. De acordo com Navarro (apud CARVALHO, 2003), a participação neste evento gerou um clima de otimismo no campo intelectual e, ainda no Rio, os integrantes da delegação enviada traçaram detalhes da realização do I Encontro de Escritores Norte-rio-grandenses, acima citado, cuja idéia está explícita no Aviso, no comentário 3. Nas discussões estiveram presentes os escritores Jorge Amado e Eneida Morais (RAMOS, 2005). Embalado pelo sucesso da participação no evento

do Rio de Janeiro, Navarro (apud CARVALHO, 2003, p. 43) declarou em jornal o seu apoio ao que ele chamou de “plano de expansão cultural do Governador Aluísio Alves”, conclamando seus pares a prestar ajuda ao plano, num esforço para “superar os partidarismos extremados, dando a César o que é de César”, no que se evidencia o caráter orgânico da ação intelectual daquele artista e escritor.

Com o objetivo de ensejar o “debate sobre a posição da inteligência da região com relação aos problemas culturais, sociais e políticos”, Alves (1961) sugere no comentário 4 a realização do I Congresso de Escritores Nordestinos, que não chegou a ocorrer. Também não consta que tenham se realizado as tardes ou noites de autógrafos em Natal e no Rio de Janeiro, sugeridas nos comentários 5 e 6, que deveriam promover o intercâmbio entre literatos atuantes nas duas cidades. Para o evento no Rio de Janeiro, Alves (1961) afirma ter autorizado serviços de reforma e decoração do Centro Norte-rio-grandense, naquela cidade.

Também dentro desta perspectiva de envolvimento regional, o Governador sugere a criação da revista “Polígono” que “retratasse a realidade nordestina” (ALVES, 1961). Segundo Ramos (2005), esta revista não chegou a ser publicada, mas, para a sua editoração foi convidado o jornalista Luiz Lobo, que integrou a equipe de Calazans Fernandes, substituto de Grimaldi Ribeiro à frente da Secretaria de Educação. Lobo fora redator e diretor assistente da Revista Senhor, projeto editorial muito importante da época.

Após os comentários relativos à publicação de livros, o Governador passa a sugerir ações voltadas para o patrimônio cultural. Inicialmente, refere-se à criação do Museu do Rio Grande do Norte, a ser instalado nas dependências da Fortaleza dos Reis Magos. Desta, como de outras edificações históricas em Extremoz, Canguaretama, São Gonçalo do Amarante e Macaíba, as restaurações já teriam sido objetos de negociação junto ao então Serviço do Patrimônio Histórico, hoje Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional. A pesquisa mostra que somente a partir de 1963, com a criação da Fundação José Augusto, é que ações relativas a essas restaurações começaram a ser efetivadas sob orientação do escritor Osvaldo de Souza (Ramos, 2005). Este escritor é citado por Aluísio Alves (1961) quando dá a ele a incumbência de realizar uma pesquisa sobre “a riqueza folclórica do Rio Grande do Norte”.

Essas ações, ao lado da criação de cursos de história do Rio Grande do Norte, fecham um grupo relacionado ao patrimônio histórico e cultural do Estado e que estava sintonizado

com a tendência regionalista de valorização da cultura nacional, levada por escritores e artistas norte-rio-grandenses. Tal tendência, de fato, era nacional. No Nordeste, ecos das teses de Gilberto Freyre e o sucesso de escritores como Jorge Amado, da Bahia, e Jose Lins do Rego, da Paraíba, reforçavam a prática de uma literatura com um olhar voltado para as raízes culturais, ao fim populares, de seus autores. Obras como “O solitário vento do verão” e “ABC do cantador Clarimundo”, de Newton Navarro, atestam esta tendência no Estado.

A terceira categoria de comentários volta-se para as artes. São comentários sintéticos que parecem revelar a importância secundária das metas ali colocadas. Entretanto, a sugestão da criação de cursos de artes plásticas surtiu continuidade imediata, tendo-se em vista que, já em maio de 1962, era inaugurada a Escolinha de Arte Cândido Portinari, que havia sido organizada por Newton Navarro, assistido por Augusto Rodrigues, criador do Movimento das Escolinhas de Arte do Brasil. Quanto às demais sugestões que implicavam ações na área do ensino de arte, como a criação de um Conservatório de Música e mesmo um curso de História do Rio Grande do Norte e outros cursos de literatura, ou ainda o “estímulo [...] ao *ballet* [...], ato teatro, ao cinema educativo”, não se encontram registros de que tenham sido implementadas em prazo contíguo ao da elaboração do esboço de Plano Cultural. Isto, não obstante o Governador anunciar o início de aulas de *ballet* ainda naquele mês de julho e afirmar a premência de que o Estado se aparelhasse para todas essas ações “na brevidade possível” (ALVES, 1961).

Ainda no grupo de comentários relacionados às artes, há uma previsão da organização de exposições de arte popular, “no próximo ano” (ALVES, 1961). Sobre isto, sabe-se que foi realizada pelo menos uma exposição de arte popular em Natal, em 1962, mas numa promoção da Prefeitura Municipal, por ocasião da inauguração da Galeria de Arte, na Praça André de Albuquerque, uma edificação modernista que imitava as linhas de Niemeyer para Brasília, tendo um painel de Navarro em uma de suas fachadas e que hoje não mais existe. Neste evento, também uma homenagem ao escultor popular Chico Santeiro, estiveram presentes personalidades da cultura nordestina como o artista Francisco Brennand e o teatrólogo Ariano Suassuna.

Um dos mais importantes desdobramentos do “plano cultural” de Aluizio Alves foi a criação do Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisas Sociais, em dezembro de 1961, para gerir,

além de pesquisas, toda a parte editorial do plano. O Instituto, hoje chamado Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine, dedica-se à pesquisa da realidade sócio-cultural do Rio Grande do Norte, tendo publicado vários estudos sobre personalidades históricas, entre outros tipos de obras, inclusive poesia. A criação do Instituto deveria partir da Secretaria de Educação e contaria com a participação da “Academia Norte-rio-grandense de Letras, a Imprensa Oficial, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o Instituto Cultural do Oeste Potiguar, a Faculdade de Filosofia e outras entidades”, conforme intenção expressa pelo Governador, em seu Aviso (comentário 14). Aqui, o governador delineia um sistema institucional que deveria dar apoio à produção e à expansão cultural. Pelo que se sabe, tal sistema não veio a funcionar de modo coordenado.

Apesar do apoio dos intelectuais, demonstrado publicamente por Navarro, o projeto cultural do Governo Aluizio Alves mostra-se incompleto em sua implementação quando apenas algumas das metas foram efetivamente levadas a efeito. É possível afirmar que o instável equilíbrio entre esquerda e direita, configurado no campo político, foi capaz de cooptar parte do campo intelectual, este também dividido entre intelectuais orgânicos e tradicionais. Na verdade, a posição tradicional dos intelectuais pode estabelecer-se apenas fracamente, em especial após o estreitamento das relações do Governo estadual com os programas de ajuda norte-americanos, por exemplo a USAID, e uma crescente propaganda anti-esquerdista que culminaria, em 1964, no Golpe Militar. Neste contexto de ambigüidade política, agravada com a renúncia de Jânio Quadros e posse de João Goulart, uma boa parte da intelectualidade norte-rio-grandense desligou-se do Governo local para assumir uma posição de oposição aberta, ao tempo em que poucos intelectuais firmaram a posição tradicional, de aparência independente, e se mantiveram associados ao Governo.

O otimismo do Governador não encontrou esteio na modorrenta cena cultural de Natal, para onde se dirigiam quase todas as sugestões contidas na proposta de política cultural. Após os acontecimentos literários de 1961, no Rio e em Natal, os hábitos provincianos foram mais poderosos em termos de manter a intelectualidade encastelada em suas camarinhas, as artes restritas aos salões para convidados, não obstante uma ainda cantada boemia de parte de literatos e artistas que se envolviam com os populares. Da dormência e contenção das

manifestações culturais mais oriundas, então já iluminadas pelas pesquisas cascudianas, pouco, muito pouco foi, naquele momento, trazido à tona ou reavivado na dinâmica da vida cultural da província como um todo. Os termos de uma “expansão cultural”, a intenção de ampliar o raio de divulgação da produção local pelo país, empacou no fechado círculo do Sudeste onde o radicalismo da poesia concreta estava muito à frente, mesmo que, em 1927, Jorge Fernandes tivesse apontado caminhos com seu “Livro de poemas”, publicado em Natal. Somente a criação da Fundação José Augusto, em 1963, com a continuidade do plano editorial e uma atenção dirigida ao patrimônio arquitetônico, daria um breve alento ao campo intelectual, na brevidade que o golpe militar permitiu.